

## A HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XX: CAPITALISMO, BRETTON WOODS E FINANÇAS GLOBALIZADAS

### AMERICAN HEGEMONY IN THE 20TH CENTURY: CAPITALISM, BRETTON WOODS AND GLOBALIZED FINANCE

Jadir Peçanha Rostoldo<sup>1</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a consolidação da hegemonia econômica americana durante o século XX. Discute e apresenta a formação do capitalismo. Descreve o sistema de Bretton Woods. Analisa o empoderamento dos Estados Unidos com a nova política econômica mundial. Apresenta os parâmetros da hegemonia americana e a emergência das finanças globalizadas. Conclui que o poderio da superpotência mundial se centrava nas bases do capitalismo, favorecido pelos rumos definidos pós Breton

**Abstract:** This article aims to analyze the consolidation of American economic hegemony during the 20th century. It discusses and presents the formation of capitalism. It describes the Bretton Woods system. It analyzes the empowerment of the United States with the new world economic policy. Presents the parameters of American hegemony and the emergence of globalized finance. Concludes that the power of the world superpower was centered in the bases of capitalism, favored by the directions defined post-

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); Professor curso de História SEAD/UFES; Pesquisador do Laboratório Saberes e Sabores (UFES). [jadirostoldo@yahoo.com.br](mailto:jadirostoldo@yahoo.com.br)

Woods, além da presença de instituições fortes e uma economia liberal agregada à tecnologia. Bretton Woods, besides the presence of strong institutions and a liberal economy aggregated to technology.

**Palavras-chave:** hegemonia americana; Bretton Woods; finanças globalizadas. **Keywords:** American hegemony; Bretton Woods; globalized finance

## Breve Introdução

A hegemonia da economia americana se mantém perene em meio a mudanças e transformações que varrem as sociedades em todos os pontos do globo. Não podemos negar a presença de outras grandes potências nessa área, que assumem o papel de atores principais e coadjuvantes desde sempre, mas é certo que os Estados Unidos continuam sustentando sua posição de um dos principais *players* do mercado. Como foi a gênese desse processo é o que buscamos recuperar neste artigo. Vamos discutir a efervescência do capitalismo, em sua disputa com o feudalismo, para identificar as bases desse sistema que é o suporte do modelo estadunidense. A partir desses elementos trabalhamos as ações e decisões da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, em 1944, como vetor do empoderamento do país sede. Na última parte analisamos a hegemonia americana, que se perpetua em conexão com a emergência das finanças globalizadas.

## Os primórdios do capitalismo

Em busca de entender o capitalismo, que se tornou a base da economia americana, vamos discutir algumas teorias e contribuições sobre o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, principalmente o debate que se formou em torno das

ideias de Maurice Dobb e Paul Sweezy (Baute, 2018; Mariutti, 2004).<sup>2</sup>

Dobb reconhece o feudalismo sobre a ótica da servidão, podendo ser definido como: o sistema econômico em que a servidão era a relação de produção predominante; sistema onde a produção se organizava no interior da propriedade senhorial; e onde a produção era planejada, com vistas às necessidades plenamente conhecidas. A instabilidade do feudalismo estava centrada em dois fatores: a competição entre os senhores por terras e vassalos, e o crescimento populacional. Sua expansão era inibida por sua estrutura, que limitava o número de produtores e consumidores.

Foi a insuficiência do feudalismo como sistema de produção, somada as crescentes necessidades de receitas por parte da classe dominante, os responsáveis principais pelo seu declínio. A necessidade de receitas adicionais provocou um aumento na pressão sobre o produtor até o ponto do intolerável. Essa exaustão provocou o desaparecimento da força de trabalho que nutria todo o sistema econômico. Sendo assim, a causa do colapso do feudalismo foi a superexploração da força de trabalho, que provocou a deserção dos servos das propriedades senhoriais. Essa deserção forçou os senhores a adotar o arrendamento de terras, alterando as relações de produção. Para o autor, a principal característica do feudalismo era ser um sistema econômico voltado para o uso e não para a troca.

Para Dobb, foram às contradições internas do modo de produção feudal, centradas no antagonismo entre senhores feudais e servos, que levaram a sua dissolução. A crescente necessidade dos senhores feudais por maiores rendimentos os levou a intensificar a exploração sobre os servos, fato que acentuou a luta de classes e determinou, a longo prazo, o desmantelamento da economia feudal. Dessa forma, o comércio e a emergência das cidades não foram os fatores decisivos no declínio do feudalismo, pois estão restritos aos limites do modo de produção feudal. O comércio ocorre enquanto troca de excedentes, e não como ocorre no modo de produção capitalista,

---

<sup>2</sup> Todo o debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, neste tópico, tem como referências os trabalhos de Baute (2018) e Mariutti (2004).

enquanto realização de mais-valia. O dinheiro, na economia feudal, funcionava como intermediário da troca, não se transformando em capital.

Em suas análises, Dobb não desconsiderou a influência do comércio e das cidades na transição. As cidades incentivaram a fuga dos camponeses, prejudicando os rendimentos dos senhores feudais, e o comércio contribuiu para o processo de diferenciação social. Para ele a razão central da dissolução do feudalismo encontra-se na revolta dos pequenos e médios produtores contra a exploração feudal, o que acabou resultando em sua independência parcial. Os produtores se transformaram em trabalhadores livres para vender sua força de trabalho, característica do modo de produção capitalista. Indicou que o período de transição, entre os séculos XIV e XVI, deve ser definido como feudal, onde, apesar do estágio avançado de desintegração do feudalismo as relações capitalistas ainda eram incapazes de se tornarem dominantes.

Paul Sweezy critica Dobb por esse utilizar um conceito genérico para uma realidade determinada, não concorda com a visão do feudalismo pela ótica da servidão, pois essa não era um privilégio do sistema feudal. Dobb mudaria de opinião se levasse em consideração o caráter conservador e imobilista do feudalismo. Para a teoria de Dobb ter lógica, ele teria que provar que a necessidade de receita por parte dos senhores e o aumento das fugas dos servos tinham acontecido por questões internas ao próprio sistema feudal. Para Sweezy a crescente extravagância da classe parasitária se originou fora do sistema feudal, ou seja, no comércio com outras regiões. Assim como a fuga dos servos não aconteceu sem que surgisse a alternativa externa: as cidades.

A teoria de Dobb poderia se salvar caso provasse que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Como o comércio era incompatível a economia feudal, segundo Sweezy, a teoria de Dobb desaba, tendo em vista que foi a partir do comércio que surgiram as cidades. O produto obtido pelo comércio era mais barato do que os fabricados no feudo, forçando a economia de troca. O comércio instigou o desejo do consumo, que a aristocracia exerceu na busca de se cercar de luxo, essa foi a causa da busca de receitas.

A cidade foi quem gerou a economia de troca, além de ter sido a alternativa a opressão do campo. O triunfo da economia de troca não implicou no fim automático da servidão. O declínio do feudalismo europeu ocidental se deveu a incapacidade da classe dominante em manter o controle da força de trabalho concomitante a superexploração dela. A transição não foi em função do capitalismo nascente, mas da incapacidade do próprio sistema feudal em manter-se.

Sweezy identifica o sistema que prevaleceu na Europa Ocidental nos séculos XV e XVI como uma produção de mercadoria pré-capitalista, registrando que foi o crescimento da produção de mercadoria (valor de troca) quem primeiro solapou o feudalismo, preparando o terreno para o capitalismo. São duas fases, e não um processo ininterrupto. Durante a transição não houve um sistema predominante: trabalho assalariado conviveu com servidão. A produção pré-capitalista foi forte o suficiente para derrubar o feudalismo, mas insuficiente para formar um sistema novo. Preparou o terreno para os acontecimentos dos séculos XVII e XVIII. A transição se deu por duas vias: o produtor se torna um mercador e capitalista; e o mercador se apossa diretamente da produção.

A principal característica da economia feudal era a de produzir valores de uso. Assim, o desenvolvimento das relações de troca no seio de uma sociedade produtora de valores de uso, foi o principal fator de sua desestabilização. O comércio a longa distância operou como força externa as margens da sociedade feudal da seguinte maneira: o desenvolvimento do comércio intensificou as forças produtivas e promoveu uma organização racional da sociedade e o aprimoramento da divisão do trabalho. Decorreu daí uma maior produtividade que minou as relações servis de produção (os servos abandonaram as terras procurando melhores condições de trabalho) e gradualmente as formas de trabalho livre e assalariado se estabeleceram. Assim, o valor de troca se desenvolveu devido ao comércio.

Podemos enriquecer esse debate incluindo a análise de Perry Anderson (1998) sobre a formação dos estados absolutistas. Para o autor, essa estrutura surgiu no século XVI, após as crises dos séculos XIV e XV, que provocaram profundas mudanças no

modo de produção feudal. As monarquias romperam com a estrutura socioeconômica da sociedade feudal, representando uma ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelada das formações sociais medievais, com seus sistemas de propriedade e vassalagem, caracterizando as transformações nos instrumentos e nas relações de trabalho feudal.

Para compreender a formação dos estados nacionais, é preciso relembrar que a luta entre classes se resolve em última instância no nível político da sociedade, e não no econômico ou cultural. É a construção e a destruição dos estados que geram as modificações básicas nas relações de produção, enquanto subsistirem as classes. A formação dos estados nacionais sela a transição do feudalismo para o capitalismo.

As controvérsias acerca dos estados absolutistas são importantes pois permitem delimitar as transformações de um modo de produção feudal para um capitalista. O entendimento desse processo é fundamental para compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo. As características que compõem os estados absolutistas são, inicialmente, capitalistas, mas considerando o fim da servidão: exércitos regulares, burocracia permanente, sistema tributário nacional, codificação do direito, e os primórdios de um mercado unificado. Essas características parecem ser eminentemente capitalistas, pois coincidem com o desaparecimento da servidão. No entanto, o fim da servidão não significou o fim das relações feudais no campo, pois a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do homem. Enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em força de trabalho, as relações de produção rurais permaneciam feudais.

A partir desse ponto, Anderson desconstrói todas as perspectivas historiográficas as quais acreditavam que com o fim da servidão extinguiu-se também as relações no campo, constituindo enfim, um estado absoluto capitalista. Considera que para se entender o surgimento do absolutismo é necessário que se compreenda as transformações que ocorreram entre o estado aristocrático e a propriedade feudal, um estado feudal estruturado nas grandes propriedades e no trabalho servil.

Para o autor o estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia. Ele era a nova capacidade política de uma nobreza aterrorizada. A aristocracia feudal continuou dominante no início da Idade Moderna, nunca perdeu seu domínio político no estado absolutista.

Destacamos também o pensamento de Ellen Wood (2001) sobre a origem do capitalismo. Segundo a autora, a questão das origens e da especificidade do capitalismo foi tema de muitos estudos, debates e controvérsias, que, na grande maioria, seguiram uma explicação que naturalizava o surgimento do sistema capitalista na história das sociedades do passado, vindo a se impor nas sociedades do presente, como se toda história humana fosse uma trajetória linear em busca, ou desfecho, no capitalismo. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes, dos grilhões do feudalismo como exemplo, para poder crescer e amadurecer. O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo.

Para a autora não é o mercado, nem o estado, nem o dinheiro, ou ainda, o trabalho, que definem o capitalismo, ou expressam a sua especificidade. Sendo o capitalismo um sistema econômico e social historicamente construído, seria definido por tornar as ações humanas, inclusive as de cunho sentimental e afetivo, passíveis de um valor expresso no mercado. Dessa forma, apresenta uma nova versão sobre a origem do capitalismo. Argumenta que não existia um mercado único e unificado, coexistindo princípios não-capitalistas de comércio e formas de exploração não-capitalistas. O capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana, ou sequer da antiga tendência social ao comércio. Ele é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O feudalismo produziu várias formas e resultados, uma desses foi o capitalismo.

Todas essas argumentações e interpretações, sobre um momento fundamental da história das sociedades, demonstram a importância de se conhecer as análises e embates realizados sobre

a transição do feudalismo para o capitalismo. Um momento da história que lançou transformações que atingiram uma enorme dimensão mundial, como vamos ver a seguir.

### **Bretton Woods e o empoderamento americano**

Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado. A grande depressão de 1929 resultou em diminuição drástica de produção, comércio e emprego, e lançou toda a sorte de protecionismo: barreiras comerciais, controle de capitais, e medidas de compensação cambial. A política que ficou conhecida como “beggar-thy-neighbor” (empobreça seu vizinho), disseminada nos anos de 1930, e que primava pelo aumento de tarifas para reduzir déficits na balança de pagamentos, era a cartilha dos governos. Nessa atmosfera, 730 delegados, de 44 países, se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional.

O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods (Cunha, 2006) definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda congelada ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Dessa forma, ficou oficializado o duplo papel do dólar no cenário internacional, a atuação como reserva monetária e a função de moeda de crédito. Esse sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica mundial, foi o primeiro exemplo, na história, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre estados independentes. Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Internacional de Recuperação e Desenvolvimento (BIRD), o Acordo Geral sobre tarifas e comércio (GATT), e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As principais bases políticas que sustentaram o acordo foram as experiências comuns da grande depressão; a concentração de poder em um pequeno número de Estados; e a presença de uma potência dominante querendo, e sendo capaz, de assumir um papel de liderança. As experiências partilhadas com a grande depressão provocaram um alto nível de concordância entre aos países sobre as metas e meios do gerenciamento econômico internacional, facilitando em muito as decisões tomadas na conferência. O acordo representou uma crença comum no capitalismo intervencionista, apesar dos países diferirem quanto ao tipo de intervenções que preferiam para suas economias nacionais. Foram as semelhanças, mais do que as diferenças, que foram postas em evidência. Todos concordaram que o caos monetário do período entre guerras forneceu valiosas lições.

A proliferação de controles e barreiras de comércio levou ao desastre econômico durante a grande depressão. O objetivo era evitar o caos dos anos 1930, quando os controles das trocas minaram o sistema internacional de pagamentos, base do comércio mundial. A política de enfraquecer seu vizinho, usando tarifas alfandegárias para aumentar a competitividade de seus produtos de exportação e, assim, reduzir os déficits da balança de pagamentos, ocasionou espirais inflacionários que resultaram na diminuição da produção, desemprego em massa e declínio generalizado do comércio mundial. Com base nesses fatos, todos os planejadores de Bretton Woods favoreceram um sistema relativamente liberal, um sistema que se baseava primeiramente no mercado, com um mínimo de barreiras ao fluxo de comércio e capital privados.

O gerenciamento econômico internacional baseava-se na potência dominante para dirigir o sistema. A concentração de poder facilitou o gerenciamento na medida em que reduziu o número de atores cujo acordo era necessário para o estabelecimento de regras, instituições e procedimentos. Esse líder foi os Estados Unidos, como potência com a economia e política mais avançada do mundo, o país estava claramente em uma posição ideal para assumir essa liderança. Os Estados Unidos saíram da segunda guerra como a mais forte economia do

mundo, vivendo um rápido crescimento industrial e uma forte acumulação de capital. O país não sofreu as destruições na guerra, além de ter construído uma indústria manufatureira poderosa, e enriqueceu vendendo armas e emprestando dinheiro aos outros combatentes. Quando Bretton Woods aconteceu, as vantagens econômicas dos Estados Unidos eram indiscutíveis e esmagadoras, estando em posição de ganhar mais do que qualquer outro país com a liberação do comércio mundial. Ele teria um mercado mundial para suas exportações, e teria acesso irrestrito a matérias-primas vitais. Apesar do país ter mais ouro, mais capacidade produtora e mais poder militar do que todo o resto do mundo junto, o capitalismo do país não poderia sobreviver sem mercados e aliados.

Bretton Woods é considerado por muitos pesquisadores como o mais bem sucedido arranjo institucional das finanças internacionais nos últimos 150 anos. Durante suas duas décadas e meia de funcionamento foi possível recuperar os fluxos de comércio sob bases multinacionais, reconstruir a Europa e o Japão, avançar na industrialização periférica, e consolidar uma nova visão de complementaridade entre as ações dos estados nacionais e dos mercados.

O professor Barry Eichengreen (2016) considera que existem três condições necessárias para a sobrevivência de um sistema monetário: certo grau de liberdade para a realização de mudanças na taxa de câmbio, de sorte a viabilizar ajustes de preços relativos indispensáveis; regras monetárias ótimas, que mediante a construção de reputação pela autoridade monetária sejam capazes de atribuir credibilidade as decisões de política econômica, não afetando os níveis de taxa de câmbio desejados pelo Banco Central; e, a capacidade de conter pressões de mercado, de modo a não comprometer a credibilidade da autoridade monetária. Segundo ele, apesar do sistema de Bretton Woods não dispor da primeira, e só parcialmente da segunda, a terceira era viabilizada pela cooperação internacional, conferindo sobrevida ao arranjo. A ampliação da cooperação internacional, em termos de apoio a taxa de câmbio, diferenciou Bretton Woods dos arranjos monetários anteriores.

Temos de considerar que o número de países que participou da conferência era menos representativo do que se imaginava. De todos reunidos, apenas os Estados Unidos e a Inglaterra tinham condições efetivas de influir nas decisões do encontro, sendo que os Estados Unidos estavam em uma situação muito superior. Esse país objetivava trazer à tona uma nova ordem econômica e financeira, baseada no livre comércio e na plena liberdade de movimentação de capitais. Os debates e as disputas das propostas ficaram centralizados entre os representantes desses dois países: John Maynard Keynes, pela Inglaterra, e Harry Dexter White, pelos Estados Unidos, que acabou por ver prevalecer os interesses do seu país na maior parte dos princípios acordados.

Com o fim da guerra e o início da guerra fria, os Estados Unidos adotaram uma política externa que tinha como prioridade o desenvolvimento de seus aliados na Europa e na Ásia, como ficou consubstanciado no Plano Marshal, de 1947, na dispensa das reparações de guerra, e no cancelamento de parte das dívidas. Nos anos seguintes houve tolerância e apoio aos seus aliados em relação a medidas protecionistas, desvalorizações cambiais e abertura a importações a termos vantajosos. Os Estados Unidos também promoveram volumosos investimentos e missões de transferência de tecnologia. Essa gestão garantiu o crescimento e um alto nível de emprego.

Dessa forma, o período entre 1949 e 1973 ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo, um período de exceção na história desse sistema econômico, pois se visualizou todos os benefícios que este modelo pode apresentar em detrimento da suavização de seus problemas estruturais. O ciclo virtuoso dos anos dourados se estruturou a partir da sinergia entre os aumentos de produtividade, dos salários reais e da geração de empregos. Foi uma associação de fatores técnicos-produtivos, como a oligopolização dos mercados, ganhos de escala, investimentos frente a demanda, e vendas em ascensão; com fatores políticos, salários reais crescentes; fatores sociais, estado transferindo renda para os excluídos do mercado de trabalho organizado e investindo na área social; e institucionais, uma moeda-crédito internacional estável e abundante. Esse sistema liberal, que

primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo (Soldera, 2016).

O crescimento do período foi formado com base na segunda revolução industrial, tendo os Estados Unidos como modelo de sociedade industrial capitalista, e resultante da reestruturação tecnológica industrial, comercial e financeira do mundo capitalista. No entanto, a alteração na estrutura produtiva e tecnológica por si só não determinou um modo de desenvolvimento e sua capacidade de generalização. As profundas mudanças institucionais, realizadas especialmente no que respeita ao papel do estado, que passou a intervir maciçamente na economia, exerceram um poderoso efeito estimulante e mantenedor do ritmo de crescimento econômico. Além dos instrumentos de política monetária e fiscal, o estado também passou a regular/administrar o capitalismo, ou seja, promoveu uma verdadeira reforma. Por meio de suas ações passou a planejar e coordenar o processo de industrialização e/ou modernização das economias capitalistas. Além disso, assumiu a expansão e manutenção do nível de atividade próxima ao pleno emprego. Assim, o estado tomou para si a responsabilidade de garantir o crescimento econômico e incorporar a classe trabalhadora nesse processo. O estado passou a administrar, além dos preços e custos, também a demanda. Dessa forma, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais, a era de ouro do capitalismo democratizou o mercado.

### **Hegemonia e a emergência das finanças globalizadas**

O poderio americano não deriva de uma simples concentração de poder econômico, financeiro ou tecnológico. Ele é resultado da educação universal, instituições sólidas e liberdade econômica. A financeirização do mundo tem sólidas bases técnico-econômicas, mas terminam por ratificar a visão dicotômica sobre a tensão entre produtivismo e financeirização; entre o enriquecimento e a exclusão social; entre o

desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Com o fim da guerra fria, os Estados Unidos passaram a figurar como única superpotência mundial. Passou a ocupar a hegemonia do processo de evolução das grandes tendências de perpetuação do capitalismo como forma definitiva de organização econômica e da democracia burguesa como forma, também definitiva, de organização política. A hegemonia americana poderia ser percebida em sua capacidade militar, seu poder econômico e político, e cultural (Nye Jr., 2002).

A estrutura americana do poder estava centrada em dois objetivos estratégicos: tornar o mundo seguro para o capitalismo, o que significava remover o comunismo do mapa mundial; e, garantir a primazia incontestável dos Estados Unidos dentro do mundo capitalista, o que significava reduzir a Grã-Bretanha a dependência econômica, e estabelecer uma regência militar na Alemanha Ocidental e Japão. Concluídos esses processos o boom do capitalismo dos Estados Unidos foi estendido com sucesso para o resto do mundo. Após a guerra fria, com a saída de cena da União Soviética, o inimigo principal deixou de existir, assim como não existia mais alguma outra nação que pudesse se contrapor ao poderio militar americano. Sendo assim, os planejadores da política externa americana podiam confrontar o mundo pós-guerra fria com liberdade sem precedentes. A primeira prioridade era ter certeza de que a Rússia estava presa, econômica e politicamente, dentro da ordem global do capital, com a instalação de uma economia privatizada e uma oligarquia de negócios ligados a um sistema eleitoral democrático. A segunda era assegurar a conquista das duas zonas adjacentes de influência soviética: a Europa Oriental e o Oriente Médio. O primeiro movimento foi feito com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e o segundo com a guerra do Golfo.

A doutrina americana pós-guerra fria ligava mercados livres as eleições livres e aos direitos humanos. A nova ordem mundial tinha o objetivo legítimo da comunidade internacional, da justiça universal e dos direitos humanos como condição de paz democrática, onde quer que ela estivesse sob ameaça e sem respeitar as fronteiras dos estados. No fim da década de 1990, os

planejadores estratégicos dos Estados Unidos estavam satisfeitos com os resultados: a União Soviética tinha sido retirada de cena, a Europa e o Japão colocados em xeque, a China inserida em relações de comércio crescentes e cada vez mais estreitas, a Organização das Nações Unidas (ONU) reduzida a pouco mais do que um escritório de permissões, e tudo isso conseguido seguindo a mais emoliente das ideologias, segundo a qual cada segunda palavra era compreensão internacional e boa vontade democrática.

O traço distintivo e decisivo do capitalismo contemporâneo parece encontrar-se na reorganização do sistema financeiro internacional, e na concentração de poder dessas instituições, cuja coordenação em escala global sofisticou-se em virtude da proliferação de novos instrumentos e novos mercados financeiros. As grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. A marcha da economia se dobra as concepções de círculos de interesses que escapam a todo e qualquer controle. Assim é que a financeirização da riqueza, exponenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que caracterizam as políticas econômicas ocidentais das últimas décadas, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo principal do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata.

No último quarto do século XX, a história econômica do capitalismo contemporâneo parece haver retomado a sua trajetória liberal do século XIX, repondo em funcionamento os mercados autorregulados, transformados em parceiros de uma hegemonia imperial mais implacável e unipolar que no caso da supremacia inglesa. Essa conjunção de forças, por sua vez engendra uma finança privada, global e desregulada que, na ausência de um padrão monetário internacional, tem respondido pela instabilidade e pouco dinamismo do sistema, e por uma gigantesca concentração e centralização empresarial e territorial da riqueza (Belluzzo, 2004).

A complementaridade entre mercado e estado foi a responsável, em grande medida, pela prosperidade sem precedentes experimentada pelos Estados Unidos, Europa

Ocidental e algumas economias asiáticas, na segunda metade do século XX. Todavia, com a ressurgência do liberalismo econômico, essa complementaridade foi abalada. Furtadas do mercado, as reformas patrocinadas pelo ideário liberal-conservador buscam, prioritariamente, dispensar e rejeitar o estado de outras funções que não a de assegurar a estabilidade macroeconômica. A vitória da política liberal-conservadora se traduz pelo retorno do princípio liberal ao governo e ao poder das principais potências mundiais, na forma de crença e de política econômica em defesa da abertura e da desregulação dos mercados, como antes, com ênfase particular nos mercados do trabalho e do dinheiro. Surge uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que aquela do século XIX, porque é impulsionada, em última instância, pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro.

O processo de globalização financeira é movido por três fatores interligados: o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominadas em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Nesse contexto, o próprio ciclo econômico real passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros.

A característica mais comumente associada à globalização financeira é o elevado grau de mobilidade de capitais, após o predomínio dos controles de capital durante a vigência plena das regras de Bretton Woods. Alguns autores enfatizam a atuação decisiva dos estados nacionais mais importantes, Estados Unidos, Japão e Alemanha, para a reemergência das finanças globais. Esse é o caso de Helleiner (1994), que enfatiza a atuação dos estados por meio de ações: as medidas de liberalização, e a prevenção de crises financeiras, atuando como prestador de última instância; e de não ações: recusa em impor controles de capital como estava

previsto nas regras de Bretton Woods. Eichengreen (2016) enfatiza outra face da dimensão política: a passagem do câmbio fixo, com baixa mobilidade do capital, para o câmbio flutuante, com alta mobilidade, não decorreria de uma suposta incompatibilidade entre fluxos livres de capital e a tentativa de manter o preço da moeda estrangeira sob controle. Além dessas considerações, pode-se argumentar que os elementos de resistência da sociedade a submissão da política econômica ao ajuste externo também se enfraqueceram. Não houve grande retrocesso em termo de democracia, mas certamente o poder dos sindicatos retraiu-se e o pleno emprego deixou de figurar, na teoria e na prática, como objetivo primordial da política econômica nos países centrais.

Não são apenas a alta mobilidade internacional do capital e o câmbio flutuante que marcaram a época da globalização. O padrão monetário internacional mudou a partir de 1971/1973, passando a ser dominado, pela primeira vez, por uma divisa não conversível em ouro, cujo lastro passa a decorrer de fatores de outra natureza. O exercício da política econômica por parte do emissor desta moeda livra-se de quaisquer limitações externas e passa a ser pautada apenas por objetivos domésticos. O novo tipo de hegemonia monetária passa a estar vinculada ao que se denomina poder financeiro do dólar, materializado pelo tamanho, profundidade, sofisticação e diversidade de maturidade do mercado financeiro dos Estados Unidos. Esse poderio só teria de fato sido restaurado a partir da elevação das taxas de juros em 1979, e da brutal expansão da dívida pública.

Em relação a esse processo, o professor José Fiori (2004), produziu uma importante discussão que se iniciou a partir da análise da teoria da estabilidade hegemônica. Para ele existe um consenso de que a presença de um estado com poder global é indispensável para assegurar a ordem e a paz do sistema interestatal e o bom funcionamento da economia internacional, mesmo que seja por um período transitório, porque sempre haverá uma nova hegemonia. Nesse sentido, a partir da década de 1980, nada pareceu ameaçar o poder global dos Estados Unidos que, por sua vez, vem dando demonstrações claras e sucessivas de que pretendem manter e expandir este poder sem fazer maiores

concessões às demandas multilateralistas das demais potências. Essa supremacia transformou o país numa espécie de superestado.

Durante a década de 1990, os Estados Unidos, concentraram em suas mãos todos os instrumentos de poder indispensáveis ao exercício da liderança ou hegemonia econômica mundial, arbitraram isoladamente o sistema monetário internacional, promoveram a abertura e a desregulação da demais economia nacionais, defenderam o livre comércio e promoveram ativamente a convergência das políticas macroeconômicas de quase todos os países capitalistas relevantes. Além disso, mantiveram e aumentaram seu poder no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. A crise dos anos 1970, a expansão financeira posterior e o fim da guerra fria, transferiram para os Estados Unidos uma centralidade militar, monetária e financeira sem precedentes na história da economia capitalista mundial. Não houve, portanto, uma bifurcação entre o poder militar e o poder financeiro globais. Pelo contrário, ambos ficaram concentrados nas mãos de uma única potência, os Estados Unidos.

Fiori faz uma crítica a todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou de outra, com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial, destacando que esses conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Destaca que em quase todas as teorias a hegemonia é tratada como uma categoria virtual, muito mais do que um estado real. Dessa forma, o país hegemônico é visto, quase sempre, pelo lado de suas contribuições positivas para o sistema, sem que se analisem os efeitos negativos de suas ações expansivas que se mantêm e se ampliam, mesmo durante seus períodos de supremacia incontestes. Conclui que os conceitos de liderança ou hegemonia internacional ajudam a compreender a estabilização e o funcionamento normal do sistema mundial, mas não dão conta das suas contradições e do desenvolvimento tendencial dos seus conflitos que existem e se mantêm vivos, mesmo nos momentos de maior legitimidade e paz hegemônica.

O autor também referenda que a globalização foi, e será sempre, um movimento expansivo e uma resultante transitória do

processo de competição entre as grandes potências e seus capitais financeiros, pela conquista de novos territórios econômicos. Foi esta competição entre as grandes potências que foi alargando o espaço originário da economia mundial europeia no século XVI, até transformá-la numa economia mundial nos séculos XIX e XX, e a globalização é o nome que se dá a este movimento contínuo, de alargamento do território econômico das potências ganhadoras do jogo das finanças e das guerras. O território do sistema estatal foi sempre mais amplo que o território capitalista, e deste ponto de vista, a competição capitalista sempre teve novos espaços a serem disputados e conquistados. Mas, apenas duas dessas grandes potências conseguiram expandir as fronteiras de suas economias nacionais, até o ponto em que elas se transformaram em territórios econômicos mundiais: a Inglaterra e os Estados Unidos. Um processo lento e secular que deu um grande passo depois da generalização do padrão ouro e da desregulação financeira promovida pela Inglaterra, na década de 1870, e deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão dólar-flexível e da desregulação financeira, promovida pelos Estados Unidos, a partir da década de 1970.

Segundo Fiori a expansão e a universalização do sistema capitalista não foram uma obra do capital em geral, foram, e será sempre, o resultado da competição e expansão das economias nacionais que conseguem impor a sua moeda, a sua dívida pública, o seu sistema de crédito e o seu sistema de tributação, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro destes territórios econômicos supranacionais e em expansão contínua. Esse foi o caso dos Estados Unidos, país vitorioso dentro da lógica capitalista, que expandiu sua hegemonia no curso da globalização financeira.

### **Considerações finais**

Os passos que levaram os Estados Unidos à hegemonia, no século XX, não teriam sido concluídos sem o fim do mundo feudal. As relações, regras e os parâmetros que nortearam o feudalismo foram aos poucos se apagando, seja por ação dos senhores ou por pressão dos servos. As cidades e sua conexão

com o comércio foram fundamentais, funcionando como polo de atração populacional e disponibilizando novas oportunidades para a massa trabalhadora e servil. O capitalismo se estruturou com a dissolução feudal, transformando relações sociais, trabalhistas, mercantis, econômicas e políticas, enfim redirecionou a ordem mundial. Essa nova ordem que impulsionou a futura potência mundial. O capitalismo, enquanto sistema econômico e social, foi historicamente construído, trazendo o mercado para o centro do processo. A partir de então, tudo passou a representar um valor específico, o valor de mercado.

Dentro da lógica capitalista, as decisões e procedimentos adotados a partir do acordo de Bretton Woods pavimentaram o caminho para o empoderamento dos Estados Unidos no mercado mundial. O papel principal ocupado pelo dólar estabeleceu um parâmetro de controle e valor que deveria ser seguido por todos, conduzido pelo país detentor da moeda referência. O dólar assumiu a simbologia monetária do capitalismo, o valor onde todos os negócios estariam atrelados. A liberação do comércio mundial proporcionou aos americanos o crescimento sem limites de sua economia, pois era detentor da maior quantidade de ouro, maior capacidade produtora e maior poderio militar do que todo o resto do mundo junto. A partir do momento em que passou a agregar aliados e mercados, todos os fatores se encontraram em um mesmo território, o que consolidou seu poder.

O poderio econômico, político e militar dos Estados Unidos o levou a hegemonia mundial no século XX. Centrado nas bases do capitalismo, e favorecido pelos rumos definidos pós Breton Woods, a superpotência mundial se sustentava em instituições fortes e na economia liberal agregada a tecnologia. Com esse conjunto de elementos a financeirização do sistema econômico mundial foi o próximo passo. Concentrando todos esses elementos de poder, assumir a liderança da economia mundial foi só mais uma etapa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BAULE, Carla. O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. In: VARELLA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (Orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2016. Mariana: SBTHH, 2018. p. 65-134.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo/Campinas: Unesp/IE, 2004.

CUNHA, André Moreira. Estratégias periféricas sessenta anos depois do acordo de Bretton Woods. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 483-501, dez. 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572006000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

EICHENGREEN, Barry. História e reforma do sistema monetário internacional. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 53-78, fev. 2016.

FIORI, José Luis. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HELLEINER, Eric. **States and the re-emergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanço do debate**: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano**: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp, 2002.

SOLDERA, Ricardo Antônio. **Fundamentos da ordem mundial do pós-guerra fria**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp, Campinas.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Recebido em: 16/02/2023

Aprovado em: 14/03/2025